

Plano de Ação para Alcance dos Objetivos da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (Resolução CNJ n. 194, de 26 de maio de 2014)

1. Introdução

O presente plano de ação objetiva enunciar **medidas preliminares**, que deverão ser adotadas nos próximos meses pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (algumas inclusive já foram implementadas), para dar concreção a cada uma das linhas de atuação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, em conformidade com as disposições contidas na Resolução n. 194, de 26 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

2. Linhas de Ação

2.1 ALINHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO		
Objetivos Gerais (o quê) Alinhar o plano estratégico dos tribunais aos objetivos e linhas de atuação da política, de modo a orientar seus programas, projetos e ações.		
Objetivos Específicos (como)	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Incluir no Planejamento Estratégico 2016-2021 ações voltadas para o 1º grau de jurisdição.	ASPLAN	Já implantado (Resolução TRE/MT n. 1.798/2016)

2.2 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Objetivos Gerais (o quê)

Equalizar a distribuição da força de trabalho entre o primeiro e segundo graus, proporcionalmente às demandas de processos, número de eleitores e número de municípios que compõem as Zonas Eleitorais.

Observação: Quanto à equalização da força de trabalho, há de se ressaltar que lei define a distribuição dos servidores no âmbito de cada Zona Eleitoral. Portanto, há necessidade de o TSE melhorar a estrutura de cargos para a Justiça Eleitoral como um todo.

Objetivos Específicos (como)

	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Criar grupos de apoio às Zonas Eleitorais (força-tarefa) para dar suporte àquelas que estejam com grande acúmulo de processos e/ou com dificuldades pontuais, principalmente em razão da defasagem de servidores em períodos eleitorais.	SGP, DG, CRE e PRES	Até 10.08.2016, em razão das eleições
Realizar concurso para suprir as vagas existentes, objetivando priorizar o servidor concursado na atuação à frente das Zonas Eleitorais.	SGP e PRES	Já realizado (2015/2016). Aguardando posse - julho/2016
Contratar estagiário (nível médio) para auxiliar no âmbito das Zonas Eleitorais.	SGP, DG e PRES	Já realizado (2014/2015)
Contratar estagiário (nível superior) para atuar também no âmbito das Zonas Eleitorais.	SGP, DG e PRES	Já realizado (2014/2015/2016)
Contratar mão de obra terceirizada para atender as demandas dos Cartórios no período eleitoral (técnicos de urna, técnicos de transmissão e outros).	DG e STI	Até 10.08.2016, em razão das eleições

2.3 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Objetivos Gerais (o quê)

Garantir orçamento adequado ao desenvolvimento das atividades judiciais de primeira instância, bem como adotar estratégias que assegurem excelência em sua

gestão.

Observação: Importante destacar que o orçamento da Justiça Eleitoral é de responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e é baseado em números de eleitores e não em relação à distribuição de processos. Portanto, aos TRE's compete apenas a apresentação das propostas orçamentárias e não a apresentação das políticas orçamentárias.

Objetivos Específicos (como)	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Garantir a participação do EPAZE na elaboração da proposta orçamentária.	CRE, EPAZE e SAO	Até o mês de abril de todos os anos (permanente).

2.4 INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

Objetivos Gerais (o quê)

Prover infraestrutura e tecnologia apropriadas ao funcionamento dos serviços judiciários.

Objetivos Específicos (como)	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Atualizar os sistemas operacionais das estações de trabalho.	STI	Até 01.09.2016
Substituir os <i>switches</i> das Zonas Eleitorais por equipamentos gerenciáveis.	STI	Até 01.08.2016
Instalação de <i>UPS (no-breaks)</i> nos <i>racks</i> dos <i>switches</i> das Zonas Eleitorais. Observação: aquisição gradativa: 40% em 2016, 30% em 2017 e 30% em 2018.	STI	Etapa 2016 concluída
Melhorar a infraestrutura elétrica dos Cartórios Eleitorais.	SAO	Gradual e permanente
Melhorar/implementar sistema de acompanhamento processual administrativo no âmbito do 1º Grau de Jurisdição. Observação: foi implementado o sistema PAE (processo administrativo eletrônico).	STI	Já realizado (2015).
Melhorar/implementar sistema de acompanhamento processual judicial no âmbito do 1º grau de jurisdição. Observação: consiste na melhoria do SADP, até ocorrer a implementação do PJE no âmbito desta Justiça Especializada (SADPweb).	STI	Já realizado (março/2016)

Implantar o <i>backbone</i> secundário. O objetivo é aumentar a largura da banda dos enlaces em todos os Cartórios Eleitorais.	STI	Já realizado (junho/2016)
Adquirir “servidores de rede” nas Zonas Eleitorais, capaz de melhorar, dentre outros, o sistema de <i>backup</i> automático para as Zonas Eleitorais (nuvem privada).	STI	Gradativo: compra em 2016 e implantação em 2017 e 2018)
Garantir a política de renovação das impressoras nas Zonas Eleitorais, por meio da contratação de <i>outsourcing</i> .	STI	Já realizado (contrato prorrogado).
Implantação do “sistema de e-mail unificado” para os Cartórios Eleitorais.	STI	Já realizado (junho/2016)
Estabelecer política de renovação/troca do parque computacional das Zonas Eleitorais, com periodicidade adequada. Observação: ainda no corrente ano de 2016 serão adquiridas 3 máquinas para cada Cartório Eleitoral.	DG, SAO e STI	Permanente
Criar mecanismo de acesso remoto da rede da Justiça Eleitoral, aos servidores dos Cartórios Eleitorais.	STI	Até 31.12.2016

2.5 GOVERNANÇA COLABORATIVA

Objetivos Gerais (o quê)

Fomentar a participação de magistrados e servidores na governança da instituição, fortalecendo a descentralização administrativa, a democratização interna e o comprometimento com os resultados.

Objetivos Específicos (como)

	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Realizar reuniões semestrais com a alta administração, ainda que não presencial (em razão dos custos de deslocamento), a fim de avaliar a implementação das ações deste plano e do plano estratégico institucional, bem como definir as mudanças de rumos, se necessário.	EPAZE e CONADE	Semestral
Incluir o EPAZE na estrutura de “instâncias de apoio” à governança do TRE-MT.	ASPLAN e	Até 30.11.2016

	CONADE	
Eleger os Membros do Comitê Gestor do 1º Grau, conforme determina o art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014.	PLENO DO TRE	Até 31.07.2016
Incluir no Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) um representante do 1º Grau de Jurisdição.	DG e PRES	Já realizado (2015) - Chefe de Cartório da 39ª ZE
Incluir no Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (CEGEPE) um representante do 1º Grau de Jurisdição.	DG e PRES	Já realizado (2016) - Chefe de Cartório da 54ª ZE
Incluir no Comitê Estratégico de Orçamento e Compras (CEOC) um representante do 1º Grau de Jurisdição.	DG e PRES	Já realizado (2016) - Chefe de Cartório da 51ª ZE
Incluir no Conselho da Administração Eleitoral (CONADE) um Juiz representante do 1º Grau de Jurisdição.	DG e PRES	Já realizado (2016) - Juiz da 51ª ZE

2.6 DIÁLOGO SOCIAL E INSTITUCIONAL

Objetivos Gerais (o quê)

Incentivar o diálogo com a sociedade e com instituições públicas e privadas, e desenvolver parcerias voltadas ao cumprimento dos objetivos da política.

Objetivos Específicos (como)

	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Incluir no Plano de Conscientização Política ações que alcancem os objetivos da Res. 194/2014.	EPAZE e EJE	Permanente, especialmente no período eleitoral
Intensificar a divulgação e disponibilização para as Zonas Eleitorais de informativos, cartilhas e outros destinados ao	ASCOM e EJE	Permanente,

público externo.		especialmente no período eleitoral
Elaborar anualmente plano de mídia para as Zonas Eleitorais	ASCOM	31.12.2016

2.7 PREVENÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE LITÍGIOS

Objetivos Gerais (o quê)

Adotar medidas com vistas a conferir tratamento adequado às demandas de massa, fomentar o uso racional da Justiça e garantir distribuição equitativa dos processos judiciais entre as unidades judiciárias de primeiro grau.

Objetivos Específicos (como)

	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda do mandato eletivo no âmbito do 1º Grau de Jurisdição	CRE e CEJUD	Até 30.11.2016
Realizar mutirões (força-tarefa) para desafogar as Zonas Eleitorais que estejam com a taxa de congestionamento elevada, de acordo com a prévia avaliação da Corregedoria Regional Eleitoral.	CRE, CEJUD e SGP	Permanente, especialmente no período eleitoral
Incluir no Plano de Conscientização Política ação voltada ao fomento do uso racional da Justiça.	EJE	Permanente

2.8 ESTUDOS E PESQUISAS

Objetivos Gerais (o quê)

Promover estudos e pesquisas sobre causas e consequências do mau funcionamento da Justiça de primeira instância e temas conexos, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões.

Objetivos Específicos (como)	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Revisar, com a efetiva participação de representantes das Zonas Eleitorais, o manual de práticas cartorárias, com padronização dos principais procedimentos, movimentação de processos, lançamento do SADP, confecção de mandados, ofícios e despachos, dentre outros.	CRE	Até 31.03.2017
Mapear os processos de trabalhos que geram maior impacto nas Zonas Eleitorais, a fim de rever as rotinas de trabalho e implementar melhorias que otimizem a entrega dos produtos gerados por cada processo.	CRE, EPAZE e ASPLAN	Até 30.06.2017
Implementar melhorias no processo de atendimento das Zonas Eleitorais. Produtos finais: fluxograma melhorado e manual de atividades.	CRE, EPAZE e ASPLAN	Até 31.07.2017
Realizar pesquisa de opinião para os clientes externos da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, a fim de melhor conhecer a impressão do eleitorado acerca do funcionamento desta Justiça Especializada. Observação: a pesquisa rotineira já vem sendo realizada pela Ouvidoria . Já a pesquisa mais efetiva e complexa será realizada no dia do das eleições de 2018 (1º Turno), com o auxílio da ASCOM .	OUVIDORIA e ASCOM	Permanente
Elaborar estudo para levantamento de quantos por cento do orçamento está sendo usado no 1º Grau e quanto no 2º Grau, para fins de redistribuição adequada de acordo com a demanda processual para serviços, bens duráveis e pessoal.	SAO e EPAZE	Até 31.03.2017

2.9 FORMAÇÃO CONTINUADA

Objetivos Gerais (o quê)

Fomentar a capacitação contínua de magistrados e servidores nas competências relativas às atividades do primeiro grau de jurisdição.

Objetivos Específicos (como)

Objetivos Específicos (como)	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Promover curso para capacitar os magistrados e servidores (1º grau) no tocante aos processos judiciais que influenciem o bom funcionamento do 1º grau durante o pleito eleitoral.	EJE	No primeiro semestre dos anos eleitorais

Incluir ações no plano anual de capacitação que contemplem as necessidades dos servidores do 1º grau de jurisdição (servidores do quadro e requisitados)	SGP e EPAZE	Até 19.12.2016
--	-------------	----------------

NOMENCLATURAS DAS UNIDADES:

- ✓ Presidência - PRES
- ✓ Corregedoria Regional Eleitoral - CRE
- ✓ Diretoria-Geral - DG
- ✓ Secretaria de Administração e Orçamento - SAO
- ✓ Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
- ✓ Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP
- ✓ Assessoria de Planejamento - ASPLAN
- ✓ Assessoria de Comunicação - ASCOM
- ✓ Escola Judiciária Eleitoral - EJE
- ✓ Ouvidoria
- ✓ Conselho da Administração Eleitoral - CONADE
- ✓ Escritório de Políticas de Atenção às Zonas Eleitorais - EPAZE
- ✓ Comitê Estratégico de Gestão Judiciária - CEJUD
- ✓ Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI
- ✓ Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas - CEGEPE
- ✓ Comitê Estratégico de Orçamento e Compras - CEOC

Cuiabá-MT, junho de 2016.